



SEÇÃO: FILOSOFIA & INTERDISCIPLINARIDADE

## Ideologia de gênero em perspectiva genealógica: A disputa pela verdade entre conservadorismos e estudos feministas

*Gender ideology in genealogical perspective: The dispute for truth between conservatism and feminist studies*

*Ideología de género en perspectiva genealógica: La disputa por la verdad entre conservadurismo y estudios feministas*

**Pablo Ornelas Rosa<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0002-9075-3895](https://orcid.org/0000-0002-9075-3895)  
[pablo.rosa@uvv.br](mailto:pablo.rosa@uvv.br)

**Jésio Zamboni<sup>2</sup>**

[orcid.org/0000-0002-0360-7284](https://orcid.org/0000-0002-0360-7284)  
[zambonijesio@gmail.com](mailto:zambonijesio@gmail.com)

**Breno Buxton dos Reis  
Vieira<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0001-8943-1242](https://orcid.org/0000-0001-8943-1242)  
[brenobuxton@yahoo.com](mailto:brenobuxton@yahoo.com)

**Recebido em:** 04 mai 2023.

**Aprovado em:** 26 set 2023.

**Publicado em:** 08 dez 2023.

**Resumo:** O avanço de lutas em torno dos direitos sexuais e reprodutivos vem sendo tratado por diversos segmentos políticos e religiosos como uma ameaça às hierarquias tradicionais. Diante deste campo que envolve diferentes perspectivas conflitantes, o artigo apresentado propõe uma análise sobre o uso da noção de "ideologia de gênero" como elemento fundamental na ofensiva contra esses direitos. Para isso, o texto proposto será dividido em três partes: na primeira, serão apresentados os seus antecedentes e sua posterior difusão; na segunda, será realizada uma análise genealógica acerca da literatura produzida por distintos autores que se reconhecem como conservadores, adotando uma postura reativa em relação aos estudos de gênero e sexualidade; e por fim, na terceira parte, mostraremos como essa premissa acerca da existência de uma natureza humana e sexual universalmente diferenciada entre homens e mulheres não se sustenta, tomando como referência distintas pesquisas sobre gênero e sexualidade publicadas nas últimas décadas.

**Palavras-chave:** ideologia de gênero; conservadorismo; direitos humanos.

**Abstract:** The advancement of struggles around sexual and reproductive rights has been treated by different political and religious segments as a threat to traditional hierarchies. Faced with this field that involves different conflicting perspectives, the article at hand proposes an analysis of the use of the notion of "gender ideology" as a fundamental element in the offensive against these rights. For this, the proposed text will be divided into three parts: in the first, its antecedents and subsequent dissemination will be presented; in the second, a genealogical analysis of the literature produced by different authors who recognize themselves as conservative, adopting a reactive attitude in relation to gender and sexuality studies, will be carried out; and finally, in the third part, we will show how this premise about the existence of a universally differentiated human and sexual nature between men and women does not hold up, taking as reference different research on gender and sexuality published in recent decades.

**Keywords:** gender ideology; conservatism; human rights.

**Resumen:** El avance de las luchas en torno a los derechos sexuales y reproductivos ha sido tratado por diversos segmentos políticos y religiosos como una amenaza a las jerarquías tradicionales. Frente a este campo que involucra diferentes perspectivas conflictivas, el artículo presentado propone un análisis del uso de la noción de "ideología de género" como elemento fundamental en la ofensiva contra estos derechos. Para ello, el texto propuesto se dividirá en tres partes: en la primera, se presentarán sus antecedentes y posterior difusión; en el segundo, se realizará un análisis genealógico de la literatura producida por diferentes autores que se reconocen conservadores, adoptando una postura reactiva en relación a los estudios de género y sexualidad; y finalmente, en la tercera parte, mostraremos cómo no se sostiene esta premisa sobre la existencia



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

<sup>1</sup> Universidade Vila Velha (UVV), Vila Velha, ES, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, ES, Brasil.

de una naturaleza humana y sexual universalmente diferenciada entre hombres y mujeres, tomando como referencia diferentes investigaciones sobre género y sexualidad publicadas en las últimas décadas.

**Palabras-claves:** ideología de género; conservantismo; derechos humanos.

## Introdução

Nas últimas décadas, vimos ascender uma crescente articulação de movimentos defensores dos direitos sexuais e reprodutivos, assim como dos direitos das minorias LGBTQIA+, alcançando certo reconhecimento político e social por meio de conquistas como a união estável entre pessoas de mesmo sexo, a adoção de crianças por este perfil de casais, a possibilidade legalmente codificada de interrupção da gravidez sob certas circunstâncias previstas em lei (BRASIL, 2020), dentre outros avanços.

Embora as realidades locais apresentem discrepâncias quanto ao maior ou menor reconhecimento das demandas desses movimentos, não é exagero afirmar que, ao menos desde a popularização dos métodos contraceptivos e a expansão dos movimentos feministas e LGBTQIA+, assistimos a uma progressiva melhoria nas condições de cidadania em relação a esses grupos tradicionalmente inferiorizados e marginalizados.

Porém, esse relativo sucesso vem ocasionando reações por parte de setores mais conservadores e reacionários das distintas sociedades em que as vozes dessas minorias se fizeram ouvir na esfera pública. A mescla de dogmas religiosos<sup>3</sup> com afirmações supostamente respaldadas pela pesquisa científica nos campos da medicina, da biologia e da psicologia, dentre outros, vem produzindo conflitos crescentes nas instituições de representação política e no sistema de justiça, assim como na esfera pública de modo geral.

Destaca-se, nesse embate político mobilizado por parte de grupos e atores participantes destes movimentos que se reconhecem como conservadores, que o recurso recorrentemente utilizado para desqualificar estes saberes decorre do uso da expressão "ideologia de gênero"<sup>4</sup>. Essa designação assume caráter quase sempre pejorativo ao desqualificar os estudos feministas, assim como pesquisas que envolvem relações de gênero e sexualidade<sup>5</sup>, como construções políticas disfarçadas pelo véu da academia, da ciência e dos meios de comunicação corporativos que teriam sido contaminados com a subversão conduzida pelo marxismo cultural tributário do ataque dos teóricos de Frankfurt à família tradicional.

Diante disso, estudos como esses buscariam, dentro da concepção conservadora e religiosa mais radical, a desestabilização das normas sociais vigentes e, sobretudo, a dissolução da família constituída em termos tradicionais (homem-mulher-filhos), com o objetivo ulterior de alcançar uma configuração política revolucionária em termos socialistas.

Os efeitos políticos e sociais desse discurso acerca da chamada "ideologia de gênero" são bastante reais e deletérios, o que justifica um exame sério sobre os seus principais eixos argumentativos, suas articulações com representantes de partidos políticos e (contra)movimentos sociais, sua inserção na vida cotidiana por meio das plataformas digitais, assim como as estratégias que utilizam para difundir os seus conteúdos nas redes sociais, dentre outras importantes questões.

O artigo apresentado propõe uma análise de inspiração genealógica acerca do nascimento da chamada "ideologia de gênero", dos argumentos que escritores que se reconhecem como conservadores cristãos utilizam para produzir, difundir e legitimar seus discursos, sua proximidade

<sup>3</sup> É importante enfatizar que o texto apresentado de forma alguma busca criticar quaisquer tipos de religiões, inclusive católicos e protestantes. Contudo, não se furta em constatar o impulso exercido por segmentos mais refratários dessas religiões no combate ao novo inimigo: as teorias feministas e os estudos de gênero. Ainda é importante destacar a existência da pluralidade de perspectivas em qualquer expressão religiosa, o que deixa evidente que não pretendemos afirmar qualquer relação inevitável entre adesão a determinado credo e posições socialmente reacionárias.

<sup>4</sup> A locução em questão também é habitualmente usada com algumas variações, tais como "teoria do gênero", "teoria do gender", "ideologia (do) gender", entre outras (JUNQUEIRA, 2018).

<sup>5</sup> Um influente esforço de conceituação do gênero foi dado por Joan Scott (1995, p. 86) sob a forma de uma dupla proposição: "(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder."

com setores religiosos mais radicalizados, suas estratégias de desqualificação direcionadas aos adversários políticos, bem como suas consequências em relação aos movimentos feministas e LGBTQIA+.

Para isso, o texto foi dividido em três partes: a primeira terá como foco uma contextualização acerca da emergência desses discursos a partir de setores reacionários da Igreja Católica, assim como sua posterior penetração em algumas denominações evangélicas, considerando notadamente o emprego da chamada "ideologia de gênero" na defesa de pautas contrárias aos direitos sexuais, reprodutivos e de grupos LGBTQIA+ por parte de representantes políticos brasileiros; na segunda parte serão analisados alguns livros que têm sido mobilizados discursivamente por sujeitos e grupos que se reconhecem como conservadores com o intuito de mapear os argumentos utilizados para legitimar os seus discursos; na terceira e, portanto, derradeira parte, será apresentada uma análise das obras investigadas conduzida pela produção acadêmica contemporânea circunscrita ao campo das ciências sociais, estudos feministas pós-estruturalistas e decolonial negro.

### **O nascimento da "ideologia de gênero" e sua popularização no Brasil**

Antes de tratarmos de seu nascimento como recurso retórico conservador, é necessário compreender o que se quer dizer quando se profere a expressão "ideologia de gênero". Em levantamento bibliográfico sobre essa questão, Silva (2018) constatou sua ocorrência em três direções: "ideologia de gênero" como vinculada ao machismo e LGBTQIA+fobia, conforme expresso por pesquisadores do campo mais progressista; como agenda com vistas a impor um "apocalipse moral", de acordo com a perspectiva conservadora; e como falácia que distorce os estudos acadêmicos de gênero com intuitos políticos regressivos.

Consideramos aqui o recurso retórico mobilizado em torno da "ideologia de gênero" como vinculado, em sua expressão inicial, a um pro-

cesso de reação de instituições religiosas que se viram ameaçadas pela produção acadêmica e, sobretudo, pelos avanços em termos de políticas públicas nas esferas educacional, da saúde e no reconhecimento de pautas progressistas como os direitos sexuais e reprodutivos e dos direitos de cidadania LGBTQIA+, tais como o casamento entre pessoas de mesmo sexo e a possibilidade de adoção de crianças por esses casais.

Um segundo elemento importante em nossa caracterização se refere a uma cosmovisão dogmático-religiosa que considera o binarismo homem-mulher como oriundo de uma ordem natural condizente com o dogma monoteísta da criação divina. O terceiro fator de nossa caracterização diz respeito ao emprego dessa locução como ferramenta principal na difusão de uma mentalidade antigênero, como também a articulação entre tal mentalidade e o discurso mais amplo do anticomunismo, agora em uma roupagem que aponta para a pretensa e insidiosa penetração do marxismo nas instituições de Estado, nos meios de comunicação e nas relações cotidianas por meio do chamado marxismo cultural.

Miskolci e Campana (2017) realizaram uma genealogia dessa locução e encontraram suas raízes em textos escritos por autoridades eclesiásticas e por autores leigos – mas com vínculos com a Igreja Católica –, publicações essas difundidas a partir da década de 1990. Dentre eles, destacam-se aqueles de autoria do então cardeal Joseph Ratzinger, nos quais – mesmo que ainda não designada de modo ostensivo como "ideologia de gênero" – aparece seu núcleo argumentativo: as lutas e elaborações teóricas que pretendem rebelar-se contra as formas historicamente assumidas pela configuração de gênero como construção social e cultural de papéis sexuais a partir dos dados biológicos – tais como órgãos genitais e demais elementos da anatomia humana – buscariam, segundo o então cardeal, a dissolução da natureza sexual do ser humano e de sua biologia constitutiva que estabelece padrões diferenciais e essencialmente distintos para os sexos em sua expressão natural homem-mulher.

Nas palavras de uma autoridade religiosa como Ratzinger, essa argumentação em prol de uma natureza e de uma essência sexual assume, é claro, uma fundamentação teológica de uma ordem natural sustentada pelo desígnio divino. Deste modo, a articulação do que hoje chamamos "ideologia de gênero" com a formulação dogmática religiosa está presente já de início – o que não impede o recurso aos achados pretensamente científicos na argumentação daqueles que proferem discursos antigênero, como veremos doravante<sup>6</sup>.

Estudos como estes realizados por Corrêa (2018), Miskolci e Campana (2017) e Silva (2018) estabelecem o início da radicalização da reação conservadora a partir dos anos 1990 como resposta aos avanços obtidos por essas minorias em importantes conferências internacionais, como a IV Conferência Mundial sobre a Mulher (realizada em 1995 na cidade de Beijing sob organização da ONU), que marcou os passos primordiais da adesão à perspectiva de gênero e sua incorporação em políticas a serem efetuadas pelos governos ao redor do globo<sup>7</sup>. Nos anos seguintes, a Igreja Católica passou a se opor de forma crescente aos avanços das lutas feministas, destacando-se nessa ofensiva o *Documento de Aparecida*<sup>8</sup> (CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO, 2007) em que efetivamente aparece a locução "ideologia de gênero".

As recentes atividades antigênero conduzidas pela Igreja Católica são, no entanto, tributárias da elaboração de certa Teologia do Corpo tratada por Karol Wojtyła (João Paulo II), em que apresenta, ao longo de audiências gerais e documentos como exortações apostólicas, cartas apostólicas e encíclicas, ocorridas entre 1979 e meados da década de 1990, uma doutrina que reconhece o papel da mulher como complementar ao do homem na sociedade, assim como dotada de

igual dignidade.

Nesse sentido, posteriormente – e em outros documentos relacionados ao mundo católico em sua ofensiva – um "gênio feminino" foi postulado como sendo possuidor das características essenciais do cuidado, da sensibilidade, da compreensão e do amor em decorrência de sua biologia reprodutiva, notadamente caracterizada pela gravidez e maternidade. Com esse movimento doutrinal, portanto, a Igreja buscou oferecer um novo espaço para as mulheres em sua complementaridade em relação aos homens, mas mantendo, é claro, uma visão naturalista e perpetuadora dos papéis femininos em função de sua presumida essência materna (JUNQUEIRA, 2018).

A luta contra a "ideologia de gênero" não deve ser percebida como fenômeno presente apenas na realidade brasileira, uma vez que pesquisadores como Bernini (2018), Cornejo-Valle e Pichardo (2017), Miskolci e Campana (2017), Paternotte e Kuhar (2018) e Ribeiro (2019), dentre outros, identificaram atividades antigênero em diversos locais, tratando-se, portanto, de um fenômeno transnacional.

No contexto brasileiro, o processo de redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988 trouxeram oportunidades para a mobilização de grupos feministas e LGBTQIA+ em busca de reconhecimento dos seus direitos sexuais e reprodutivos. Nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), sobretudo, uma aproximação maior se deu entre as reivindicações desses setores sociais e as políticas públicas e instituições de Estado<sup>9</sup>. Diretrizes, como o terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-III) e o Plano Nacional de Educação (PNE), assim como a realização de eventos, como a primeira Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2004) e a primeira Conferência Nacional de

<sup>6</sup> Entenda-se aqui "antigênero" como termo que se refere aos grupos de oposição ao campo acadêmico dos estudos de gênero e aos avanços nas lutas por direitos sexuais e reprodutivos.

<sup>7</sup> Embora Corrêa (2018) tenha refinado, a partir de sua experiência no ativismo feminista, essa delimitação cronológica ao situar a importância da Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro (Ecog2) e da Conferência sobre População e Desenvolvimento do Cairo (CIPD), assim como o recrudescimento da oposição religiosa no final dos anos 1990 e início da década de 2000.

<sup>8</sup> Documento resultante da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe.

<sup>9</sup> Machado (2018) sublinha também o fato de que o começo de uma articulação entre movimentos feministas com a esfera estatal se dá a partir dos governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Políticas Públicas de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (2008), aliados a uma maior abertura governamental quanto à questão do aborto formaram um cenário no qual eclodiu a crescente reação no legislativo, nas instituições religiosas e em setores conservadores da sociedade civil (MACHADO, 2018). Decisões oriundas do poder judiciário, como o reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 2011, da união estável entre pessoas de mesmo sexo e a resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2013, quanto ao registro do casamento civil entre elas, certamente intensificaram a cruzada conservadora contra esses grupos (CORRÊA; KALIL, 2020; JUNQUEIRA, 2018; MISKOLCI; CAMPANA, 2017).

Segundo os dados apresentados por Corrêa e Kalil (2020), o início da propagação da "ideologia de gênero" no Brasil se deu a partir de 2007, com o campo católico assumindo a dianteira inicial, para depois os segmentos evangélicos passarem a desempenhar a função de principais divulgadores da narrativa. Apesar de rivalidades entre os dois campos religiosos, as autoras mostram a confluência de interesses entre ambos, no sentido de oposição aos avanços das lutas feministas e LGBTQIA+.

As denúncias apontadas nos últimos anos por grupos conservadores contra iniciativas como o programa Escola sem Homofobia – o qual provocou o surgimento de uma das principais *fake news* do cenário político recente, e que beneficiou a candidatura de Jair Bolsonaro à presidência: o famigerado *kit gay* (CORRÊA; KALIL, 2020; JUNQUEIRA, 2018; MELLO, 2020; MISKOLCI, 2018; NICOLAU, 2020; ROSA; SOUZA; CAMARGO, 2019) – e também como o Programa Nacional de Educação (PNE) por sua hipotética subversão dos papéis tradicionais de homem e mulher nas escolas de todo o país – nas quais a oposição conservadora contou com autoridades da Igreja Católica e de denominações evangélicas, conforme registrou Rosado-Nunes (2015) – intensificaram um caldo de cultura refratário aos movimentos sociais em questão.

Nesse contexto, a popularização de iniciativas como o Movimento Escola sem Partido (criado em

2004 pelo advogado Miguel Nagib e inicialmente voltado ao combate à doutrinação marxista nas escolas) foi impulsionada pela difusão da narrativa antigênero com seu código fundamental: a ameaça representada pela "ideologia de gênero".

### **Ideologia de gênero a partir da perspectiva do conservadorismo cristão**

Ao longo desta seção, que analisará textos escritos por autores e autoras antigênero, mostraremos algumas das características identificadas acerca do que esses autores chamam de ideologia de gênero – tais como a manipulação da linguagem, a infiltração esquerdista na grande mídia e no sistema de educação, o apoio de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas, a União Europeia e a Organização dos Estados Americanos (assim como o financiamento por fundos privados), as tentativas de desarticulação dos laços sociais mais basilares por meio da dissolução da família heteronormativa e, como eixo fundamental para essa discussão, o redirecionamento dos planos da esquerda, agora determinada ao ataque nos planos da cultura, da moral e dos comportamentos como chave para sua nova estratégia revolucionária.

Em *O livro negro da nova esquerda*, Agustín Laje e Nicolás Marquez (2018) situam o fim da URSS como ponto de inflexão histórico para uma nova guinada da esquerda, doravante menos atenta em insuflar os ânimos de uma revolução violenta do que em definir novas arenas de batalha para a consecução do objetivo revolucionário, agora não mais por meios agressivos, mas sim pela sorrteira modificação de padrões culturais, supostamente enraizados na tradição judaico-cristã, por meio da promoção de novos agentes e movimentos de subversão, tais como direitos humanos, ambientalismo, indigenismo, feminismo e coletivos LGBTQIA+. Evidentemente, esses campos já existiam antes do fim da URSS, todavia, a novidade, para eles, é sua instrumentação pelas teorias e práxis operadas no campo cultural como ferramentas a serem utilizadas no caminho para a revolução.

Outra constante na narrativa antigênero é a aproximação pouco cuidadosa entre filósofos, cientistas sociais e ensaístas, dentre outros, para caracterizar o campo da "ideologia de gênero". Mesmo quando é feita a distinção entre intelectuais advindos de uma outra perspectiva – como o pós-estruturalismo, por exemplo –, é comum a posterior aproximação forçada entre as diversas abordagens teóricas presentes no debate acadêmico. Desse modo, autores tão díspares como Antonio Gramsci, Herbert Marcuse, Wilhelm Reich, Simone de Beauvoir, Michel Foucault, Jacques Derrida, Ernesto Laclau, Betty Friedan e Judith Butler são classificados, de forma quase automática, por rótulos como "neomarxismo" ou "pós-marxismo".

Diante disso, destacamos que o uso frequente do termo "marxismo" parece servir como uma tática, uma estratégia do campo conservador neoliberal e cristão contemporâneo que visa reativar o medo da ameaça comunista em uma espécie de Guerra Fria nos princípios do século XXI, em que o inimigo é menos um conjunto identificável de países (como no caso da URSS e dos demais representantes do antigo bloco socialista) do que miríades de constelações constituídas por agentes, movimentos, organizações e instituições que escapam aos binarismos da direita socialmente conservadora típica do pós-guerra.

No que concerne ao feminismo, Agustín Laje e Nicolás Marquez (2018) acreditam que, embora em seus primórdios tenha representado um considerável movimento em busca de direitos civis e de propriedade, a influência do marxismo e da mentalidade revolucionária na teoria e nos movimentos feministas provocaram sua radicalização. Inclusive, os autores argumentam que a principal preocupação do movimento feminista na atualidade é subverter as identidades baseadas na pretensa natureza humana – e consequentemente em destruir o legado civilizacional supostamente produzido pelo Ocidente, assim como a propriedade privada e o capitalismo.

Quanto ao movimento LGBTQIA+, o termo "perversão" é frequentemente utilizado pelos autores quando se referem àqueles que se distanciam

da heteronormatividade, o que já indica a falta de objetividade e neutralidade pelo emprego de uma palavra típica dos esforços de patologização ainda presentes no campo psi. Como exemplo, insinuam certa manipulação da linguagem feita pelos movimentos LGBTQIA+, argumentando que:

Com esse entendimento, uma das principais vitórias filológicas alcançadas pela máquina de propaganda de "gênero", sem dúvida, tem sido impor ao léxico popular a palavra "gay" (palavra anglo-saxã que soa "cool" e vanguardista), o que não significa absolutamente nada em termos sexuais – "alegre" é a tradução de "gay" do inglês para o português – e, assim, uma conotação sorridente e festiva é dada a um comportamento que está em desacordo com a natureza (LAJE; MARQUEZ, 2018, p. 180, grifo nosso).

Ou, ainda, quando fazem referência às demandas pelo casamento entre pessoas de mesmo sexo, afirmam que

A condição homossexual de uma pessoa não a torna mais digna ou menos digna do que a de um heterossexual, ela a torna diferente. E pelas próprias características de seu modo sexual de vincular-se, não é pertinente obter qualquer artifício legal para exercer uma função social que a própria natureza nega (LAJE; MARQUEZ, 2018, p. 195, grifo nosso).

Em um tom mais ameno, Olivier Bonnewijn (2015, p. 142) também se refere aos laços entre os estudos de gênero e o marxismo, porém, em um registro que enfatiza menos uma suposta continuidade entre o marxismo revolucionário soviético e as novas lutas sociais do que uma consideração que posiciona esses estudos e movimentos como reflexo de uma era em que as grandes utopias (incluindo o próprio marxismo) foram descartadas e a realidade esmagadora retornou com vigor, na medida em que afirmam "os imperativos do mercado econômico, as leis das pulsões sexuais e as restrições das estruturas de poder". O autor ainda argumenta que os estudos de gênero buscam a desconstrução da linguagem, da família e da maternidade para a consecução dos seus objetivos.

Outra questão de suma importância para esses autores refere-se à proeminência da Teologia do Corpo supracitada nos discursos antigênero, que

também fica bastante evidente no livro intitulado *Ideologia de gênero*, escrito por Jorge Scala (2011). Esse texto precursor acerca da temática certamente é um dos escritos mais citados por tributários desse conservadorismo cristão, conforme podemos encontrar recorrentemente mencionado no livro *Feminismo* de Ana Caroline Campagnolo (2019). Contudo, após se referir a certa condição inata atribuída diferentemente aos homens e às mulheres, caracterizada por uma suposta essência masculina e feminina distintas, o influente autor afirma que:

Em poucas palavras: é preciso descobrir que as qualidades de que naturalmente carecemos - como homem ou mulher - não são defeitos ou carências do sexo complementar; mas que, muito ao contrário, são virtudes de outras pessoas, das quais temos muito o que aprender. *E isto é decisivo: não é que minha visão global masculina seja melhor que a visão detalhista feminina*. Nenhuma é melhor que a outra. Ambas são diferentes, mas o sentido da diferença é complementar-se - em perfeita sinergia - para concretizar um projeto novo, diferente e superador; que teria sido impossível de ser realizado somente pelas mulheres ou somente pelos homens (SCALA, 2011, p. 124, grifo nosso).

Assim, ao empreender uma peculiar e inflamada avaliação histórica e teórica sobre o feminismo, a partir da influência de Jorge Scala (2011) e Olivier Bonnewijn (2015), Ana Caroline Campagnolo (2019) argumenta que o movimento feminista, desde suas origens amparadas em figuras como Mary Wollstonecraft (1759-1797), já apresentava traços socialmente deletérios que seriam posteriormente reforçados pelas ondas feministas mais recentes.

A autora destaca dois desses traços como já presentes nos escritos de Wollstonecraft: o primeiro trata da ênfase no papel da educação para a mudança social, o que significa, na concepção da deputada, uma educação voltada para a doutrinação de crianças e adolescentes, chegando até mesmo a declarar que "cedemos nossos filhos ao sistema soviético de educação para usurpação da família" (CAMPAGNOLO, 2019, p. 316); enquanto o segundo menciona a tentativa de explicação das diferenças entre os sexos por meio das distinções educacionais conferidas a

eles pela sociedade da época.

Aqui nós temos mais um eixo importante para a elaboração do discurso conservador antigênero atual: a denúncia da escola pública, mas também do campo universitário e dos meios de comunicação corporativos, como espaço de doutrinação e corrosão contínua do casamento e da família, deterioração essa que serviria como tática revolucionária.

Quando os conservadores dizem que as *mulheres devem cumprir sua função no lar e na sociedade como esposas e mães*, é considerando que essa é sim a *vocação das mulheres* que estão sendo ludibriadas por um discurso de vida fácil, fajuta e promíscua oferecido pelos coletivos feministas. O sucesso das feministas está em dissuadir as mulheres da ideia de se casarem, mas não colocarem nada de valor no lugar. Quantas militantes feministas conhecemos que tenham abandonado suas famílias, maridos e filhos para fazer algo realmente grande em prol da humanidade? E mais: se o cristianismo é assim tão perverso, que outra vida propõem as feministas? Que grande e irresistível modo de vida é esse que supera *dois mil anos de tradição e cultura*? (CAMPAGNOLO, 2019, p. 310-311, grifo nosso).

Diante disso, parece evidente que um dos preceitos governamentalizados pela autora diz respeito às condições essencializadas da mulher e do cristianismo, amparadas, respectivamente, em certa natureza humana e social inatas. Outra questão mencionada por Jorge Scala (2011), Olivier Bonnewijn (2015), Agustín Laje e Nicolás Marquez (2018) e Ana Carolina Campagnolo (2019) refere-se à influência que a ideologia de gênero exerceria sobre instituições como a Organização das Nações Unidas, a União Europeia e a Organização dos Estados Americanos e que, segundo os autores e a autora, pode ser constatada por meio do financiamento de eventos e de programas de pesquisa em estudos de gênero, além do fomento à modificação das legislações nacionais em reconhecimento das pautas feministas e LGBTQIA+.

A aproximação com os achados advindos das ciências biológicas é também um eixo relevante para a argumentação do conservadorismo refratário ao reconhecimento das relações de gênero e sexualidade. Segundo Jorge Scala (2011, p. 105),



[...] a autoconstrução do próprio *gênero* a margem do sexo biológico jamais foi comprovada de maneira experimental. Se ninguém conseguiu, apesar de muitos o afirmarem insistentemente há quarenta anos, o senso comum indica que estamos diante de outro mito.

Laje e Marquez (2018, p. 111) também afirmam algo semelhante, sustentando que "sabe-se que tanto o androgênio quanto o estrogênio, hormônios masculinos e femininos, respectivamente, têm diferentes efeitos no cérebro durante o desenvolvimento fetal".

O recurso ao ordenamento jurídico também faz parte do arsenal político-discursivo dos atores e organizações antigênero. No cenário brasileiro recente, por exemplo, são comuns os apelos ao texto constitucional que estabelece a família em sua configuração tradicional (homem-mulher-filhos) como alvo preferencial da proteção do Estado, além de tratados internacionais como a Convenção Americana de Direitos Humanos (1969), que estabelece os direitos dos pais e tutores de reivindicarem uma educação condizente com seus valores morais e religiosos (MISKOLCI, 2018; SILVA, 2018).

Nos textos conservadores por nós consultados para a realização desta pesquisa, o argumento recorrentemente encontrado para tratar dessa questão se fundamentava na ideia de que o casamento entre pessoas de mesmo sexo não pode ter o mesmo *status* do casamento heterossexual, pois este é constituído pelos laços de amor entre dois seres complementares e que buscam a geração de uma prole, sendo, por isso mesmo, necessária a proteção estatal desse arranjo familiar tradicional – o que não deveria ocorrer com o casamento homoafetivo.

Como já referido, outro componente importante desse pensamento que se reconhece como conservador e cristão quanto aos estudos de gênero e sexualidade é a denúncia da manipulação linguística de palavras e expressões aparentemente pouco ameaçadoras e dotadas muitas vezes de uma carga positiva – ou apenas neutra – no cotidiano, tais como liberdade, direitos humanos, igualdade e, óbvio, a palavra "gênero". Para Scala (2011), por exemplo, termos

como sexo e gênero foram inicialmente utilizados pelo movimento feminista como sinônimos para que o vocábulo "sexo" fosse depois substituído pelo "gênero".

Segundo o autor, a inversão em relação ao uso dessas palavras não teria ocorrido de forma inocente, uma vez que o termo "gênero" carregaria significados muito diversos daqueles referentes ao "sexo", ocasionando uma confusão bastante proveitosa para as feministas. Para ele, os argumentos promovidos pelos tributários e tributárias da ideologia de gênero acerca da inexistência de uma natureza sexual inata diferenciada entre homens e mulheres provocaria, por fim, a desconsideração de preceitos fundamentais das tradições que compuseram as bases do pensamento ocidental hodierno, ameaçando explicações amparadas na biologia sexual em detrimento de ideias supostamente construtivistas que não encontrariam lastro na realidade:

Para se obter a igualdade dos sexos, não teria sido suficiente dar direitos políticos e civis às mulheres - primeiro e segundo feminismo -, mas seria necessário algo mais radical: *disputar o poder político em igualdade de condições com os homens, para o qual a mulher deveria ser incorporada ao mundo do trabalho e à vida pública em igualdade absoluta com o homem*. Ora, este objetivo não pode ser conseguido mágica ou instantaneamente. *Implica numa luta contra o homem e, portanto, é necessário elaborar uma estratégia para ser aplicada adequadamente, um instrumento eficaz de luta*. Esse instrumento é a ideologia de *gênero* (SCALA, 2011, p. 62, grifo nosso).

Essa hipótese é reforçada por outro eminente representante do conservadorismo contemporâneo, o psicólogo canadense Jordan Peterson. Após reconhecer que as mulheres passaram a ocupar cada vez mais espaços nas universidades, o autor declara que esse fato não somente teria sido prejudicial para os homens, como também seria para as mulheres. Isso ocorre porque, segundo ele, a escolha por uma carreira profissional por parte das mulheres provoca a instabilidade e a fragilidade dos relacionamentos amorosos, do casamento e da família. Além disso, ao apresentar o argumento de que mulheres profissionalmente bem-sucedidas preferem homens com nível



educacional e *status* profissional semelhante (ou mesmo superior), Peterson (2018, p. 348-349) afirma que "elas precisam de alguém capaz de sustentar mãe e filho quando necessário. É um ato compensatório perfeitamente racional, embora também possa ter uma base biológica".

Todavia, é importante mencionar que o conservadorismo antigênero emprega achados descontextualizados oriundos das ciências biológicas – tais como a fisiologia hormonal, sexual e reprodutiva, além da própria genética – para embasar racionalmente sua retórica. Contudo, nem todos apreciam essa teoria sustentada em bases eminentemente biológicas em sua totalidade, conforme afirma Scala (2011, p. 105) ao se referir à biologia evolutiva como uma "superstição mítica, contestada pelos dados empíricos".

Outros, porém, apresentam suas formulações amparadas em certa psicologia evolucionista, conforme podemos verificar nos escritos de Jordan Peterson (2018). Embora não se refira diretamente ao tema da "ideologia de gênero", optando por tratar em termos de uma teoria construtivista social, é possível constatar proximidades entre esse autor e os demais já citados que se reconhecem como conservadores cristãos, uma vez que, ao opor-se às formulações feministas sobre o patriarcado, o autor afirma que

[...] ao longo da história, homens e mulheres lutaram ferozmente para se libertar dos horrores devastadores da privação e da necessidade. As mulheres frequentemente estavam em desvantagem durante essa luta, pois possuíam todas as vulnerabilidades dos homens, mas carregavam o fardo reprodutivo e tinham menos força física. Além da sujeira, miséria, doença, fome, barbárie e ignorância que caracterizavam as vidas de ambos os sexos muito antes do século XX (quando mesmo as pessoas no mundo ocidental normalmente sobreviviam com menos de um dólar em dinheiro de hoje), *as mulheres também tinham que suportar as sérias inconveniências práticas da menstruação, a alta probabilidade de uma gravidez indesejada, a probabilidade de morte ou graves danos durante o parto e o fardo de criar muitos filhos pequenos. Talvez essa seja razão suficiente para a diferença no tratamento legal e prático de homens e mulheres que caracterizou a maioria das sociedades antes das recentes revoluções tecnológicas, incluindo a invenção da pílula anticoncepcional.* Pelo menos esses fatores devem ser levados em conta antes que a presunção de que homens

tirinizaram as mulheres possa ser aceita como truismo (PETERSON, 2018, p. 351, grifo nosso).

Essas referências explícitas ao domínio da racionalidade nas escolhas humanas, por um lado, e o esforço em tentar explicar as diferenças políticas entre os gêneros com base em um passado evolutivo caracterizado por distinções anátomo-fisiológicas entre homens e mulheres, por outro, têm sido utilizadas para legitimar discursos pretensamente científicos por meio de citações recorrentes de autores oriundos de áreas como as ciências biológicas, as disciplinas psi e a economia de livre mercado. Logo, a legitimação desse tipo de discurso amparado por estes saberes acadêmicos almeja naturalizar, racionalizar e até mesmo governamentalizar os comportamentos generificados, assim como os símbolos e códigos culturais.

A partir daquilo que apresentamos nesta seção, apoiados nos dados sobre o contexto de formação da "ideologia de gênero" como ferramenta que aglutina diversos atores, organizações e instituições, cujo núcleo formador parece ter sido proveniente dos setores mais refratários da Igreja Católica, podemos afirmar que os embates antigênero possuem como um de seus vetores mais consistentes a reinserção dos dogmas e da visão de mundo religiosa na esfera pública e, principalmente, nas instituições políticas.

### **Agonística entre o conservadorismo cristão e os estudos de gênero**

Toda essa recorrente turbulência moral em torno da sexualidade certamente está relacionada ao argumento apresentado por Michel Foucault (2020), a partir do entendimento de que o "sexo" aparece precisamente no ponto de encontro entre as disciplinas (anátomo-política do corpo) e a biopolítica (regulamentação da população e da espécie). Deste modo, na abordagem genealógica, o sexo, longe de ser encarado como um dado estritamente natural ao qual se deve opor barreiras e interditos, é tratado como produto de relações de poder que se apoiam na formulação de saberes para melhor interrogar – e criar –

aquilo que deve ser regulado.

Somado a isso, é valioso recordar o argumento foucaultiano que se estende para além da sexualidade moderna, tocando naquilo que o autor considerou como a grande novidade produzida pelo cristianismo. Essa inovação constatada em suas análises teria gerado uma maior desvalorização do sexo em relação ao período greco-romano precedente, embora tivesse elaborado uma nova forma de relação do sujeito consigo mesmo. Assim, diante da relação de autoexame contínuo pela qual todos deveriam passar inevitavelmente por meio do escrutínio de seu próprio desejo sexual ao longo de sua vida, o sujeito deveria ir em busca de sua relação com a *verdade* por meio da experiência da carne no cristianismo (FOUCAULT, 2016).

Essas formulações são relevantes para nossa discussão porque a perspectiva desenvolvida por Foucault (e levada adiante por outros autores, como veremos a seguir) aponta algo central: a noção de identidade sexual fixa e permanente como eixo proeminente do "ser humano" está vinculada à própria concepção de *verdade* no cristianismo, o que pode ajudar a compreender o porquê de toda essa recorrente preocupação com o sexo e, em nosso contexto atual, com a alegada ameaça de desintegração de tais identidades fixas – para além da perceptível jogada política anteriormente referida.

Importante destacar que a cosmovisão cristã supõe a existência de identidades sexuais permanentes que devem estar em busca do autoexame subjetivo – a *verdade de si mesmo* – para que a ascese cristã desses sujeitos possa ser exercida – a *verdade espiritual*. Como mencionado, a sexualidade moderna parte da interrogação constante do sexo (sua análise, mensuração, classificação e prevenção<sup>10</sup>), mas isso não impede que a continuidade do dogma da identidade tenha atravessado o dispositivo da sexualidade e esteja presente também nas teologias contemporâneas (como na Teologia do Corpo). Mais do que isso, a identidade sexual como pressuposto obrigatório para a busca da *verdade* (em sua

dupla acepção) pode ser o próprio fundamento dessas teologias reativas ao avanço das lutas feministas e LGBTQIA+.

A partir de uma perspectiva foucaultiana, pretendemos analisar nesta última seção algumas evidências que mostram como a concepção essencialista e universalista apresentada por estes autores e autora que se reconhecem como conservadores cristãos não se sustenta, na medida em que serve como base discursiva para a defesa de uma natureza sexual humana com diferenças bem definidas a partir de elementos biológicos.

Verificamos anteriormente que as críticas conservadoras aos estudos de gênero recorrem frequentemente a um fundamento biológico que embasaria as diferenças comportamentais entre os sexos. Para esses autores, a peculiaridade reprodutiva das mulheres (menstruação, gravidez, parto, maternidade etc.), sua presumida fraqueza física (em comparação com os homens) e as diferenças nos papéis culturais que elas desempenham estão baseados em sua biologia diversa daquela do homem. Todavia, essas formulações não são facilmente confirmadas por achados oriundos das ciências sociais, que estabelecem a diversidade cultural que não pode ser reduzida a um essencialismo de fundo teológico.

A referência amparada em Jordan Peterson (2018), que foi apresentada na seção anterior, estabelece uma ponte entre o essencialismo dos grupos antigênero e a produção científica atual. A menção a uma racionalidade na escolha de um parceiro que possa sustentar os filhos, mas também às diferenças percebidas entre homens e mulheres como alicerçadas por um fundamento evolutivo e, claro, a postulação de um substrato biológico como chave para seus comportamentos (como a menção feita pelo autor canadense às preferências das "garotas" em tratar com pessoas e dos "garotos" em lidar com coisas) mostram como a retórica conservadora fundamentada na essência dos sexos vem se aproximando de algumas disciplinas científicas como estratégia de legitimação para seus discursos.

<sup>10</sup> Nessas tarefas desempenhando papel nada desprezível, as ciências humanas, a biologia e a medicina (a psiquiatria, em particular).

O saber científico recente que tem servido para legitimar esse tipo de discurso é a psicologia evolucionista<sup>11</sup>, desenvolvida por meio de um estreitamento de relações entre a pesquisa comportamental e subjetiva e a biologia evolutiva. Segundo Susan McKinnon (2021), a produção acadêmica nessa área aposta na explicação do comportamento humano em termos de estratégias de maximização do sucesso genético de um indivíduo por meio da proliferação de seus genes em sua prole.

A partir dessa perspectiva, o sucesso reprodutivo, relacionado à seleção sexual, seria o modo por meio do qual a evolução humana operaria. Daí surgem várias questões problemáticas para esse novo campo do conhecimento, tais como: o determinismo biológico oriundo de uma concepção que considera a imensa gama dos nossos comportamentos em termos de uma finalidade soberana; a proliferação da carga genética individual; as dificuldades dessa disciplina em explicar interações altruístas e que escapam à lógica individualista da transmissão da carga genética; a postulação de um presumido ambiente ancestral (notadamente a partir do período Pleistoceno) nos quais foram forjados os comportamentos da espécie humana até os dias de hoje; e, o mais importante para esta discussão, a definição das preferências sexuais hodiernas em termos dessa lógica genética.

Os psicólogos evolucionistas partem de duas suposições inter-relacionadas sobre a assimetria de gênero nos investimentos reprodutivos. De um lado, como o investimento reprodutivo masculino pode se concretizar em um tempo relativamente curto, presume-se que o sucesso reprodutivo dos homens seja limitado pela capacidade de acesso ao maior número possível de fêmeas férteis e de garantia da paternidade das crianças nas quais efetivamente invistam no longo prazo. De outro, como os investimentos reprodutivos femininos se concretizam em um tempo relativamente longo, o sucesso reprodutivo das mulheres é limitado pela capacidade de acesso a homens que dis-

ponham de recursos suficientes para sustentar uma prole pequena (MCKINNON, 2021, p. 64).

Diante dessa afirmação, é possível compreender como a caracterização de comportamentos sexuais histórica, geográfica e culturalmente bastante restritos assume, na elaboração da psicologia evolucionista, um *status* de universalidade. Além disso, outros argumentos também se fazem presentes nessas teorias, tais como a universalidade do controle dos recursos exercido pelos homens, da dupla moral sexual (de um lado, os homens propensos tanto à promiscuidade para a proliferação máxima de seus genes quanto à exigência da fidelidade de suas parceiras para o controle de sua paternidade sobre a prole<sup>12</sup> e, de outro, as mulheres inclinadas à monogamia em função de sua anatomia e fisiologia reprodutivas) etc.

Essas alegações oriundas da psicologia evolucionista são contestadas por McKinnon (2021) por meio de críticas antropológicas que questionam os seus pressupostos pretensamente universais como reflexos de uma mentalidade ocidental e moderna sobre o restante dos povos e culturas. Assim, diversas descrições de costumes sexuais culturalmente específicos são apresentadas pela antropóloga, demonstrando como a "incidência da promiscuidade em homens e em mulheres varia transculturalmente" (MCKINNON, 2021, p. 74) e, principalmente, como

[...] as variedades de sexualidade masculina e feminina são organizadas por ideias e valores particulares sobre corpos, fluidos corporais e gênero. E, além disso, são constituídas por entendimentos culturais sobre o lugar da sexualidade nas ideias sobre vida e morte e sobre seu valor em comparação com outros objetivos da vida humana (MCKINNON, 2021, p. 79).

É bastante comum encontrarmos pesquisas acadêmicas sobre gênero e sexualidade na contemporaneidade com abordagens que não

<sup>11</sup> Além da já mencionada proximidade entre a psicologia evolutiva e os posicionamentos de Peterson (2018) sobre gênero, Laje e Marquez (2018, p. 131) recorrem aos argumentos apresentados por Steven Pinker, principal expoente da psicologia evolucionista, para embasar sua defesa quanto ao caráter biológico das diferenças comportamentais entre os sexos.

<sup>12</sup> McKinnon (2021) se refere ao curioso "interruptor santa-prostituta" no âmbito da dupla moral sexual postulada pelos psicólogos evolucionistas: esse interruptor explicaria a preferência dos homens por mulheres castas ("santa") para a reprodução e disseminação de sua herança genética, mas, por outro lado, optariam por mulheres promiscuas ("prostituta") para a satisfação de seus naturais impulsos de conquista e predação sexual.

apenas colocam em xeque a universalidade de fundo monoteísta típica do pensamento ocidental, conforme vimos com a analítica foucaultiana e seus desdobramentos, bem como com McKinnon (2021), como também questiona alguns pressupostos da própria teoria feminista oriunda dos continentes europeu e americano, sobretudo, estadunidense. Tais evidências sociológicas e antropológicas não respaldam nem mesmo a universalidade das relações de gênero, muitas vezes pressuposta por teóricas feministas.

Segundo Oyeronke Oyewumi (2021), essa concepção ocidental de gênero é útil para essas sociedades, mas não pode ser generalizada para outras culturas, a exemplo da sociedade oyó-iorubá nigeriana por ela estudada, que é caracterizada pelo reconhecimento da senioridade, ou seja, marcada pelas diferenças cotidianas no convívio social a partir de distinções etárias.

Daí a ênfase da autora em marcar "homens" e "mulheres" em seu estudo da comunidade em questão como machos anatômicos (anamachos) e fêmeas anatômicas (anafêmeas), para que os pressupostos de gênero sejam afastados na análise de um contexto no qual eles não possuem a relevância presumida por um pesquisador ocidental. Um aspecto ainda mais notável deve ser destacado, tendo em vista que a própria língua iorubá não apresenta marcações de gênero como aquelas existentes no Ocidente. Não obstante, a socióloga ainda esclarece que, do ponto de vista histórico, o processo de colonização britânica foi o grande responsável pela introdução da categoria gênero nesta língua.

Igualmente considerável para essa discussão é a complexidade das relações de parentesco presentes na Velha-Oyó (referindo-se ao período anterior ao processo de colonização), que não se reduzem aos laços monogâmicos e patrilineares típicos do mundo ocidental, a exemplo das anafêmeas nas comunidades oyó-iorubá que desempenhavam papéis sociais que não se reduzem à maternidade e ao trabalho doméstico.

Embora uma anafênea fosse uma *aya* (residente por casamento) e, geralmente, também uma *iyá* (mãe) em sua linhagem conjugal, ela era, antes de tudo, uma *omọ* (prole/membro

da linhagem) e uma *okọ* (proprietária/membra) em sua casa natal, o que lhe deu acesso aos seus meios de produção. *Não olhar para os diferentes papéis e posição de anafêmeas dentro das relações produz um quadro impreciso* (OYEWUMI, 2021, p. 94, grifo nosso).

Pesquisas como as de Oyewumi (2021) ajudam a demonstrar a complexidade das diversas culturas e povos ao redor do planeta, o que compromete o quadro de uma universalidade postulada pelos autores conservadores contemporâneos. Por outro lado, também enriquece a pesquisa em torno do gênero ao mostrar que a aceitação quase automática de sua onipresença sociocultural e histórica – e do patriarcado daí derivado – não pode ocorrer sem passar por um exame mais atento sobre a diversidade cultural.

Confrontado pelas evidências advindas de trabalhos acadêmicos recentes, o ativista antigênero possui três opções: a primeira seria afirmar a superioridade civilizacional do Ocidente, o que implicaria em uma abordagem etnocêntrica e até mesmo racista, na medida em que ignoraria as contribuições culturais de matriz ameríndia e africana; a segunda opção seria negar qualquer solidez intelectual aos achados das ciências sociais e se aferrar aos campos das ciências naturais – mormente a biologia, ainda que de forma seletiva, conforme a postura antievolucionista adotada por Jorge Scala (2011); a terceira, por fim, seria aquela mais coerente com os dados, pois presume o abandono do ativismo antigênero em prol de uma perspectiva inclusiva e pluralista – o que não geraria conflitos com suas crenças religiosas, uma vez que tais conflitos surgem de uma aderência fundamentalista aos dogmas relativos ao matrimônio e à família.

Feitas as considerações a partir do trabalho destas duas autoras, resta ainda fornecer alguns aportes oriundos da teoria feminista e dos estudos de gênero que possam ajudar a dirimir os equívocos e as distorções presentes no discurso deste pretenso conservadorismo cristão hodierno. De acordo com Margareth Rago (1998), a expansão dos estudos feministas e de gênero – sobretudo em suas feições pós-estruturalistas – trouxe consigo um expressivo fluxo teórico no

sentido de questionar as categorias usuais de razão, sujeito e identidade, que representam importantes coordenadas para a cosmovisão conservadora cristã.

Judith Butler (2018) argumentou que a categoria "mulher" apresenta problemas, pois seu enquadramento exclui aquilo que não consta em sua definição prévia, uma vez que o uso dessa noção com pretensões universais conduz a uma série de impasses em virtude de sua própria ambição generalizante. Desse modo, é importante mencionar que se os estudos feministas se desenvolveram historicamente no Ocidente tomando a categoria "mulher" como algo universal, isso ocorreu porque houve certa absorção de vieses ocidentais, provocando o estranhamento em relação a outras culturas quando, na verdade, deveria gerar aproximações.<sup>13</sup>

### Considerações finais

No artigo apresentado, averiguamos como essa cruzada antigênero passou a se fazer presente em vários países, tornando-se um fenômeno transnacional que utiliza *slogans*, argumentos, agentes e organizações que se encontram em constante diálogo. No caso brasileiro, a onda conservadora vem se aproximando de representantes legislativos e configurando frentes de batalhas discursivas em torno de coalisões estabelecidas entre leigos e organizações beligerantes ligadas a instituições religiosas, judiciais, culturais e educacionais, que passaram a ser veiculadas por meios de comunicação corporativos associados a esse espectro político, assim como por meio de plataformas digitais etc.

Portanto, essa investigação tratou de analisar as mobilizações antigênero em torno da locução "ideologia de gênero" que vem obtendo sucesso em aglutinar os diversos setores políticos, religiosos e sociais mencionados. A locução foi aqui abordada como uma ferramenta importantíssima para a disseminação, por diferentes camadas da população, de um medo em torno da dissolução iminente do matrimônio e da família em sua con-

figuração heterossexual – essa vista como célula primordial da sociedade. O apelo à "ideologia de gênero" por parte desses setores conservadores também permite o resgate de um velho aliado retórico: o anticomunismo, que passou a ser utilizado como tática para a fabricação de uma coesão direitista contrária aos avanços das lutas de minorias étnicas, raciais e sexuais.

Desde suas raízes presentes nas formulações dogmáticas católicas, algumas características notáveis dessa nova articulação conservadora foram ressaltadas ao longo do texto: o uso de uma linguagem jurídica e mesmo científica na defesa de preconceitos baseados em visões de cunho religioso; a argumentação jurídica e científica empregada como meio para ocultar a imposição de dogmas confessionais sob o manto de legitimidade conferido pela lei e pela ciência; o ataque ao ensino público como palco privilegiado para a difusão da presumida "ideologia de gênero" por meio de uma suposta doutrinação praticada pelo corpo docente; a concepção essencialista do ser humano como pano de fundo para a defesa da perpetuação de hierarquias, desigualdades e violências delas decorrentes; o desenvolvimento de uma narrativa conspiratória em torno do anticomunismo (agora com o figurino do "marxismo cultural"), na qual a mentalidade antigênero vem desempenhando papel bastante considerável; a denúncia em torno do envolvimento de instituições e organizações como a Organização das Nações Unidas, a União Europeia e a Organização dos Estados Americanos, encaradas como agentes financiadores da "ideologia de gênero".

Por fim, a partir desta pesquisa foi possível compreender que a base desse discurso antigênero – o essencialismo e o universalismo de fundo teológico – não se sustenta quando confrontada com o conhecimento produzido pelas ciências humanas e sociais contemporâneas que tem apontado inevitavelmente para a diversidade cultural e social como marca indelével de seus objetos de estudo e pesquisa.

<sup>13</sup> Ponto semelhante àquele trazido por Oyewumi (2021) quando ela critica a aplicação dos pressupostos de gênero aos povos e culturas que organizam suas vidas com base em outros vetores.

Além disso, o pós-estruturalismo, sobretudo em sua vertente foucaultiana, bem como por meio dos desdobramentos decorrentes do feminismo decolonial negro, também apresenta argumentos consistentes quanto à indispensabilidade de uma problematização em torno das categorias "homem" e "ser humano", uma vez que ele traz ao debate a importância das relações de poder-saber (governo-verdade) para o entendimento mais profundo sobre o que se compreende por tais categorias, interrogando seus pressupostos amparados em generalizações e essencialismos orientados por uma visão etnocêntrica.

## Referências

- BERNINI, L. A. "teoria do gender" na Itália: um posicionamento circunstanciado sobre um significativo flutuante. Tradução: Rogério Diniz Junqueira. *Psicologia Política*, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 543-556, 2018.
- BONNEWIJN, Olivier. *Gender, quem és tu? Sobre a ideologia de gênero*. Tradução: Teresa Dias Carneiro. Campinas: Ecclesiae, 2015.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria n. 2.282, de 27 de agosto de 2020*. Dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: [www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.282-de-27-de-agosto-de-2020-274644814](http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.282-de-27-de-agosto-de-2020-274644814). Acesso em: 8 mar. 2022.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CAMPAGNOLO, Ana Caroline. *Feminismo: perversão e subversão*. Campinas: Vide Editorial, 2019.
- CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. *Documento de Aparecida: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe*. São Paulo: Paulus, 2017.
- CORNEJO-VALLE, Mónica; PICHARDO, J. Ignacio. La "ideologia de género" frente a los derechos sexuales y reproductivos: el escenario español. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 50, e175009, 2017.
- CORRÊA, Sonia. A "política do gênero": um comentário genealógico. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 53, e185301, 2018.
- CORRÊA, Sonia; KALIL, Isabela. *Políticas antigênero em América Latina: Brasil*. Rio de Janeiro: Observatorio de Sexualidad y Política (SPW), 2020.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2020.
- FOUCAULT, Michel. *Subjetividade e verdade: curso no Collège de France (1980-1981)*. Tradução: Rosemary Costhek Abilio. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.
- JUNQUEIRA, Rogerio Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discurso e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018.
- LAJE, Agustin; MARQUEZ, Nicolás. *O livro negro da nova esquerda*. Tradução: Jefferson Bombachim. Curitiba: Danúbio, 2018.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a "ideologia de gênero". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 26, n. 2, 2018.
- MCKINNON, Susan. *Genética neoliberal: uma crítica antropológica da psicologia evolucionista*. Tradução: Humberto do Amaral. São Paulo: Ubu, 2021.
- MELLO, Patricia C. *A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate a "ideologia de gênero". *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 53, e185302, 2018.
- MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725-748, 2017.
- NICOLAU, Jairo. *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- OYEWUMI, Oyeronke. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Tradução: Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- PATERNOTTE, David; KUHAR, Roman. "Ideologia de gênero" em movimento. Tradução: Rogério Diniz Junqueira e Marco Aurélio Máximo Prado. *Psicologia Política*, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 503-523, 2018.
- PETERSON, Jordan B. *12 regras para a vida: um antídoto para o caos*. Tradução: Wendy Campos e Alberto Streicher. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.
- RAGO, Margareth. Descobrir historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 89-98, 1998.
- RIBEIRO, Edméia. "Ideologia de gênero": ofensiva reacionária, pânico e cruzada moral no México (2016). *Antíteses*, Londrina, v. 12, n. 24, p. 488-516, jul./dez. 2019.
- ROSA, Pablo O.; SOUZA, Aknaton T.; CAMARGO, Giovane M. O combate à "ideologia de gênero" na era da pós-verdade: uma cibercartografia das fakenews difundidas nas mídias digitais brasileiras. *Sinais*, Vitória, v. 23, n. 2, p. 128-154, 2019.
- ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas. A "ideologia de gênero" na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica. *Horizonte: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, Belo Horizonte, v. 13, n. 39, p. 1237-1260, jul./set. 2015.

SCALA, Jorge. *Ideologia de gênero: o neototalitarismo e a morte da família*. Tradução: Lyêge Carvalho. São Paulo: Katechesis, 2011.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução: Guaciara Lopes Louro. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Ivanderson P. Em busca de significados para a expressão "ideologia de gênero". *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 34, e190810, 2018.

---

### Pablo Ornelas Rosa

Doutor em Ciências Sociais (PUC/SP), mestre em Sociologia Política (UFSC) e bacharel em Ciências Sociais (UFSC). Realizou estágio de pós-doutorado em Psicologia (UFES), em Saúde Coletiva (UFES) e em Sociologia (UFPR). Atua como professor permanente nos Programas de Pós-Graduação em Sociologia Política e em Segurança Pública (UVV), assim como no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação (UNIVC).

---

### Jésio Zamboni

Professor Adjunto no Departamento de Psicologia e Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo. Possui Graduação em Psicologia (UFES), Mestrado em Psicologia Institucional (UFES) e Doutorado em Educação (UFES).

---

### Breno Buxton dos Reis Vieira

Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário de Caratinga (2009-2014). Especialização em Ciências Criminais pela Faculdade de Direito e Ciências Sociais do Leste de Minas (2016-2017). Mestrado em andamento (bolsista FAPES) em Sociologia Política pela Universidade Vila Velha, pesquisando discursos antigênero em plataformas digitais.

---

### Endereço para correspondência

PABLO ORNELAS ROSA/BRENO BUXTON DOS REIS VIEIRA

Biblioteca Central – Sala 21

Rua Comissário José Dantas de Melo, 21

Boa Vista, 29102902

Vila Velha, ES, Brasil

JÉSIO ZAMBONI

PPGPSI, Prédio Bárbara Weinberg, Sala 207

Av. Fernando Ferrari, 514

Campus Goiabeira, 29060910

Vitória, ES, Brasil

*Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.*